



Voluntários na Educação
Educamos no Voluntariado

Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português

VOLUNTARIADO E CIDADANIA

Voluntariado e cidadania

Por Maria José Ritta

Presidente da Comissão Nacional

do Ano Internacional do Voluntário (2001)

Existe em Portugal um número crescente de mulheres e de homens que consideram ser sua responsabilidade intervirem em prol de uma sociedade mais justa e mais solidária, sendo vasto o leque de motivações que os congregam na participação cívica e na acção voluntária.

Trata-se de um enorme potencial de energia a que é preciso dar maior expressão e visibilidade, tanto mais quanto é certo que o pluralismo de tais motivações constitui uma fonte adicional de vitalidade e de interesse para os que juntam a preocupação com as questões sociais concretas a uma concepção activa da cidadania.

A concepção de cidadania que perfilho defende uma responsabilização activa de todos e cada um pelo presente e pelo futuro colectivos.

É uma concepção de cidadania activa porque, em primeiro lugar, afirma que os direitos e os deveres que o Estado de Direito impõe a todos e a cada um de nós são tanto mais legítimos quanto o possam ser exercidos por inteiro e porque, em segundo lugar, se preocupa com a qualidade da democracia e sustenta que ela é tanto melhor quanto mais forem os que dela participam activamente.

Porque assim é, a concepção da democracia que perfilho atribui uma grande importância à equidade social. Nesta perspectiva, julgo que não é legítimo separar direitos políticos e direitos sociais, visto que os primeiros só se efectivam autenticamente se os segundos forem respeitados.

Por outras palavras: se o funcionamento da economia e da sociedade criam desigualdades injustas entre pessoas a quem a lei confere direitos e deveres iguais, há

que garantir que um conjunto de direitos sociais limite essas mesmas desigualdades e atenuem os seus efeitos.

Para além de perfilhar esta concepção da democracia, há outra razão que me leva a estar com os que defendem o desenvolvimento do voluntariado social. Refiro-me à preocupação em me aproximar das questões sociais concretas.

Tenho constatado que as grandes organizações - sejam elas públicas ou privadas - têm normalmente dificuldades em dar respostas eficientes à multiplicidade dos problemas das pessoas.

Não ignoro que são cada vez mais os projectos e os programas que visam combater a pobreza, a exclusão social, a marginalização étnica e outras formas de desigualdade de oportunidades entre cidadãos.

Ainda bem que assim é visto que, como sabemos, é insubstituível o papel que cabe aos poderes públicos na promoção da equidade social.

Mas, a eficácia dessas iniciativas é tanto maior quanto mais participadas elas são e quanto melhor é a ligação entre as pessoas que vivem os problemas e as organizações locais.

Conhecedoras dos problemas e dos recursos, muitas delas têm sabido enfrentar as dificuldades e, com um mínimo de meios, obter resultados que, aliás, mereceriam maior atenção da comunicação social para poderem ser melhor conhecidos da opinião pública.

O voluntariado social é uma das formas de organizar os que querem pôr os seus conhecimentos, o seu tempo e a sua determinação ao serviço da redução das desigualdades de oportunidades e diminuição das outras barreiras que limitam a cidadania das pessoas em situação desfavorável.

Mas há hoje em dia um nível de exigência na forma como esse trabalho tem que ser desenvolvido, que aconselha formas de apoio e de enquadramento que adequem a disponibilidade dos voluntários às exigências de um desempenho rigoroso.

O voluntariado não deve ser pretexto para aumentar os riscos da "armadilha da pobreza" que alguns vêem no assistencialismo, nem para legitimar corporativismos profissionais exacerbados. Por maioria de razão, o desenvolvimento também não deve ser pretexto para reduzir a importância da cidadania empresarial, nem, ainda, para dispensar a administração e os poderes públicos de assumir as suas responsabilidades pela promoção da justiça social.

Evidentemente que, por si só, o voluntariado não é capaz de transformar meios humanos sem qualificação ou recursos financeiros insuficientes em instrumentos eficazes de combate à marginalização social e de luta contra o desrespeito pelos direitos cívicos e políticos dos cidadãos que vivem em situações de marginalização ou de exclusão social.

Mas o voluntariado já faz muito - e pode fazer muito mais - pela cidadania.

O voluntariado é e deve ser uma das formas de exercício de direitos cívicos que organiza capacidades e vontades de contribuir para que todos os cidadãos tenham melhores condições para construir o futuro que desejam para si e para os que de si dependem.

Com efeito, o desenvolvimento do voluntariado não pode nem deve facilitar o equívoco, civicamente inaceitável, que consiste em entender os destinatários da sua actividade como seres passivos, como meros beneficiários da acção generosa de outros cidadãos que dispõem de mais capacidades culturais, financeiras ou políticas.

Salvaguardando o respeito devido por outras opiniões, que sei existirem, julgo que o voluntariado cívico só assume a plenitude das suas potencialidades quando está consciente de que os que ensinam a pescar também aprendem com o acto de ensinar.

Pertenço ao grupo dos que entendem que as potencialidades de realização pessoal estão muito ligadas ao desenvolvimento das comunidades a que pertencemos. E os que assim pensam têm, a meu ver, uma razão mais para se envolverem de forma voluntária e continuada na promoção do desenvolvimento local, no aprofundamento da cidadania e no combate contra o desrespeito pelos direitos cívicos e sociais.

Foi por tudo isto que, com gosto, aceitei presidir à Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários. Motivou-me o desejo de contribuir para a promoção do bem comum, do desenvolvimento e da participação democrática.

Trata-se, afinal, de congregar vontades, competências e organizações a favor da dinamização do voluntariado na sua correspondência com os problemas das pessoas e da sociedade portuguesa.

Todos sabemos que, no domínio dos direitos sociais, apesar dos progressos iniludíveis realizados desde 1974 e, em particular, desde a integração do nosso País nas Comunidades Europeias, a distância que nos separa dos valores médios europeus é ainda muito grande.

Por outro lado, as sociedades em que vivemos conjugam um aumento tão rápido das possibilidades de desenvolvimento económico como dos riscos com que se deparam os homens e as mulheres que as constituem.

Sabemos também que não é lúcido esperar que o Estado satisfaça todas as necessidades a que é necessário responder para que possamos viver em sociedades em que a igualdade de oportunidades e a equidade social sejam as regras predominantes de organização social.

É por isso que há, e haverá, um grande espaço para a intervenção cívica dos que querem promover a solidariedade social.